

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Agro-bioenergia/Biodiesel**

**Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária:** Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

## Índice

<b>Momento para batalhar pelo entendimento global.</b> Jorio Dauster – Valor Econômico. 08/01/2016.....	3
<b>Usinas eólicas vão gerar 12% da energia do País.</b> André Borges – Site O Estado de São Paulo. 10/01/2016.....	5
<b>Governo aprova diretrizes para leilão de compra de energia.</b> Reuters – Site O Globo. 11/01/2016.....	6
<b>Comissão de cana-de-açúcar da FAEG faz balanço positivo do setor.</b> CNA. 12/01/2016.....	7
<b>Empresas se cadastram para novo leilão de energia nova</b> – Site O Globo. 12/01/2016.....	8
<b>Copersucar descarta nova aposta em etanol.</b> Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 15/01/2016. ....	10
<b>Geração eólica avança na matriz energética</b> – Site O Estado de São Paulo. 19/01/2016.....	12
<b>Usinas em recuperação são recorde.</b> Fabiana Batista – Valor Econômico. 26/01/2016. ....	13
<b>Abengoa Bioenergia reestrutura dívidas de usinas no Brasil.</b> Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016. ....	13
<b>BNDES aprova financiamento de R\$ 42 milhões para projeto eólico no RS.</b> Rodrigo Polito - Valor Econômico. 28/01/2016.....	14

**Momento para batalhar pelo entendimento global.** Jorio Dauster – Valor Econômico. 08/01/2016.

Três importantes organizações científicas ligadas à Unesco anunciaram que 2016 é o Ano Internacional do Entendimento Global. Sabedor disso, a primeira reação do cidadão comum poderá ser de ceticismo, acostumado que está a tomar conhecimento de proposições com nomes pomposos que não levam a nada que seja relevante para seu dia a dia.

Neste caso, porém, talvez valha a pena buscar entender melhor do que se trata. Ultimamente, é bem possível que não se passe um dia sem que esse impávido cidadão deixe de enfrentar alguma contrariedade cotidiana, que irá dos estrangulamentos no trânsito ao acúmulo de lixo na praça em que passeia com seu filho, ou de sofrer com fenômenos maiores, que vão do calor sufocante ao excesso ou escassez de chuvas. Certamente, em meio a tantas preocupações, ele já terá ouvido falar no conceito de sustentabilidade, mas nem sempre saberá conectar seus dissabores cotidianos e hábitos de vida com os problemas globais de mudança climática e segurança alimentar.

Ora, a tal iniciativa de Entendimento Global visa exatamente realizar em todo o mundo campanhas de informação e programas educacionais capazes de revelar o vínculo entre as ações locais, baseadas em comportamentos individuais moldados por costumes ditados por seu meio cultural, e os desafios ecológicos que ameaçam toda a humanidade. E o objetivo não consiste em fazer sermões ou apelos dramáticos à consciência popular, e sim divulgar soluções práticas e cientificamente comprovadas que possam ter efeitos mais positivos que as práticas correntes.

A ideia, no fundo, é estimular cada pessoa a refletir sobre o que faz e como poderia contribuir para um mundo melhor se introduzisse algumas mudanças em sua maneira de agir. O primeiro obstáculo a vencer é a convicção, bastante generalizada, de que os problemas ambientais são complexos demais e devem ser resolvidos pelos governos. "Afinal de contas, não se reuniram dezenas de chefes de Estado em Paris recentemente para cuidar disso?", diria o cético. "Que tratem de acabar com a poluição e me deixem paz!"

Mas esse é um ledo engano. Sem dúvida há uma imensa responsabilidade de governos e empresas no controle da emissão de gases poluentes para evitar o aquecimento global, em garantir que os rios não sequem pela destruição sistemática de suas nascentes, em se

certificar de que os alimentos que chegam à nossa mesa não tragam contaminantes prejudiciais à saúde. Sim, essa responsabilidade é deles - e deve ser cobrada insistentemente pela sociedade. Isso, porém, não exime cada indivíduo de exercer seu quinhão de esforço numa empreitada que não tem dia para acabar. Afinal, daquela latinha que foi abandonada no quintal pode resultar uma criança com microcefalia e daquela pilha descartada sem maiores cuidados, um câncer em quem bebeu a água contaminada com metais pesados. E o que dizer do esbanjamento obsceno de comida nos países ricos, enquanto milhões de seres humanos sobrevivem no limite da inanição? Que dizer das companhias, dirigidas por gente como nós, que lançam produtos tóxicos nos esgotos ou na atmosfera em busca de lucros maiores?

O segundo obstáculo tem a ver com a crença de que não adianta perder tempo com campanhas de informação porque o brasileiro é individualista e não vai alterar seus hábitos por ter ouvido isso e aquilo no rádio ou na televisão. Os que assim pensam esquecem de que os programas mais eficazes serão aqueles que vão atingir seus filhos nas escolas ou mesmo através de jogos de computador. As crianças devem ser o objeto principal das atividades de conscientização justamente porque suas mentes estão abertas a novas concepções quando lhes são bem explicadas as cadeias de causa e efeito.

Mas nem por isso se deve perder a esperança de atingir também os adultos. O maior exemplo disso é a extraordinária redução do tabagismo no Brasil e muitos outros países (infelizmente, nem todos) quando ficaram evidentes os malefícios que o fumo causava. Neste caso emblemático, as decisões individuais foram fortalecidas por medidas de caráter público, a fim de proibir a presença de fumantes em ambientes fechados e de exibir nos maços de cigarros alertas sobre os riscos à saúde do consumidor. E o mais incrível é que essas restrições evoluíram a ponto de se cristalizar num novo paradigma social, em que o viciado se sente forçado a dar suas tragadas longe dos aparelhos respiratórios dos semelhantes. Coisa idêntica ocorreu com o uso de camisinhas para conter a transmissão do HIV, neste caso contrariando arraigadas práticas machistas que se imaginava serem inatingíveis por qualquer campanha de prevenção.

Assim, há fundadas esperanças de que as atividades planejadas para o Ano do Entendimento Global contribuam para que se crie uma nova consciência do papel de cada um na preservação dessa conturbada nave espacial que chamamos de Terra.

Jorio Dauster é embaixador e consultor de empresas.

---

**Usinas eólicas vão gerar 12% da energia do País. André Borges – Site O Estado de São Paulo.  
10/01/2016**

Hoje, participam com 5% da energia total, mas só neste ano vão adicionar 2,7 mil MW ao parque eólico

A força dos ventos mudou de vez a matriz elétrica nacional. Em 2016, as usinas eólicas, tradicionalmente conhecidas como "fonte alternativa", entram de vez para a base do sistema de geração do País. Ao todo, serão adicionados mais de 2,7 mil megawatts (MW) de energia eólica ao parque elétrico, o equivalente a 36% de toda a capacidade já instalada pelas usinas de vento do País.

O volume da geração eólica se amplia em 2017, com mais 2,9 mil MW. A expansão eólica só não será superior em relação à fonte hidrelétrica por conta do acionamento de Belo Monte, usina em construção no Rio Xingu, no Pará, que tem previsão de começar a ligar suas turbinas neste primeiro trimestre.

Os dados fazem parte do Plano Anual da Operação Elétrica (PEL), relatório elaborado em dezembro pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e que apresenta os projetos de expansão de geração previstos de janeiro de 2016 a abril de 2018.

A capacidade total de energia do Brasil hoje é de 140 mil MW, dos quais 91 mil MW, ou 65%, são retirados das usinas hidrelétricas. A segunda maior fonte, apontam os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), são as usinas movidas a gás natural, que representam cerca de 10% de cada watt gerado no Brasil, seguidas pela usinas a óleo e biomassa.

As eólicas, que hoje acendem 5% de cada lâmpada do País, caminham para chegar a 12% nos próximos cinco anos. "Até 2020, seremos a segunda maior fonte de geração de energia do Brasil", diz Élbria Gannoum, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica). "Do ponto de vista político, este ano deverá ser péssimo, mas não deve ter grande impacto sobre nosso setor."

As eólicas não estão imunes aos efeitos da crise econômica e política. Com cerca de 30% de seus componentes importados, os projetos sentem os efeitos do câmbio. Com seus projetos em leilão desde 2009, essas usinas chegaram a ter preços de contratação

inferiores a R\$ 100 o megawatt-hora. No último leilão realizado, porém, essa cifra saltou para R\$ 210 o megawatt-hora.

"Ainda assim, ficou bem abaixo dos projetos de biomassa, com preço em R\$ 280, e de usinas solares, com preço na casa dos R\$ 320", afirma Élbia. Concentrada no Nordeste do País, a expansão eólica tem ajudado a garantir o abastecimento de energia em um momento em que os principais reservatórios das hidrelétricas da região sofrem com a pior seca dos últimos 84 anos.

"Em 2015, as eólicas chegaram a gerar 30% da energia consumida no Nordeste e esse desempenho deve prosseguir neste ano. Tem muitos parques gerando acima da expectativa", comenta o especialista Christopher Vlavianos, presidente da Comerc Energia.

Neste ano, serão adicionados 10,1 mil MW de energia à matriz nacional. Mais 13,9 mil MW entrarão em operação entre janeiro de 2017 e abril de 2018. Desse total, 57% virão das hidrelétricas, por conta das operações de Belo Monte e das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) e Teles Pires, todas instaladas na Amazônia.

Neste mesmo intervalo, as eólicas representarão 29% da expansão total, com 7 mil MW. A solar, que hoje ainda não aparece nos gráficos, vai chegar a 1,7 mil MW e será 7% da capacidade instalada no período, mesmo volume da geração térmica.

A solar, que hoje ainda não aparece nos gráficos, vai chegar a 1,7 mil MW e será 7% da capacidade instalada no período, mesmo volume da geração térmica.

---

### **Governo aprova diretrizes para leilão de compra de energia. Reuters – Site O Globo. 11/01/2016**

SÃO PAULO - O Ministério de Minas e Energia aprovou as diretrizes para o leilão A-5 de 2016, de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração. De acordo com portaria publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) publicará adendo ao edital do certame prevendo que serão aceitas propostas para quatro produtos.

Um produto será na modalidade quantidade, com início de suprimento em primeiro de janeiro de 2021 e término de suprimento em 31 de dezembro de 2050. Outros três produtos serão na modalidade disponibilidade. O de disponibilidade termoelétrica a

biomassa e carvão tem início de suprimento em primeiro de janeiro de 2021 e término de em 31 de dezembro de 2045. O segundo, de disponibilidade termoelétrica a gás natural, tem início de suprimento em primeiro de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2040.

Por sua vez, o produto disponibilidade eólica tem início de suprimento em primeiro de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2040.

O leilão foi adiado pelo governo para 31 de março, ante data anterior de 5 de fevereiro. Segundo o Ministério de Minas e Energia, a data foi alterada “por pedidos dos interessados de ajuste de prazos de entrega de diversos documentos”.

---

### **Comissão de cana-de-açúcar da FAEG faz balanço positivo do setor. CNA. 12/01/2016.**

Na última reunião da Comissão de Cana-de-açúcar e Bioenergia da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), representantes do setor fizeram um balanço do ano de 2015 e as projeções para 2016. Os produtores destacaram alguns pontos que os incomodaram ao longo de 2015, em especial problemas de inadimplência com fornecedores arrendantes de terras para usinas em Goiás.

Sobre este gargalo, os produtores propuseram entrar com recursos que suspendam os benefícios fiscais das empresas em caso de inadimplência, sobretudo quando estão em recuperação judicial. O entrave deles, segundo Edson Novaes, gerente de Assuntos Técnicos e Econômicos da FAEG, é que quando se entra neste estado judicial, que é um último fôlego para evitar a falência, não se pode tirar nenhum subsídio.

A ideia, conforme discutido pelos produtores e pelo presidente da Comissão, Alexandre Sardinha, é criar um projeto de lei que possa amenizar a situação. “Só no setor da cana-de-açúcar, em Goiás, há quase cinco usinas nessa situação. Nos outros setores deve haver muito mais. Esta medida atenderá toda a cadeia produtiva”, explicou.

Durante todo o ano passado os produtores se reuniram para tratar deste assunto. Em dezembro, a pauta recorrente era a Usina Anicuns S/A Álcool e Derivados, que, segundo eles, não têm cumprido as medidas estabelecidas em contrato, além da falta de pagamento a quem arrenda suas terras. Medidas políticas também já vinham sido decididas desde o início do mês.

Na última reunião, os produtores comemoraram a continuação de um representante goiano no cargo máximo da Comissão de cana-de-açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a participação ativa no andamento dos projetos de produção de etanol de milho no estado, que envolve grãos e cana. Em 2015, também comemorou-se um significativo avanço no projeto FAEG Seguros para a cana. “Conseguimos aumento nos valores dos prêmios pagos por hectare ao produtor, em caso de sinistros, e também a continuidade da carteira de negócios no estado”, contou Sardinha.

Além disso, está a todo vapor a articulação em Brasília para implementar o programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que contempla a cana nos moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). “Até então a Embrapa estava alheia ao ABC”, informou Sardinha. Os produtores discutiram a necessidade de se fazer pesquisas imparciais em sua área de produção e, alinhados à Embrapa, poderão ter mais visibilidade em todo o estado. “Vamos rodar as regiões, fazendo pesquisas de respaldo”, disse. A interferência da empresa, segundo eles, também trará novas tecnologias para as lavouras de cana-de-açúcar.

### **Planejamento**

Para 2016, deseja-se mais envolvimento das associações e ainda mais aproximação com a Federação. “Vejo que a comissão trabalha muito em prol dos produtores e isso me inspira muito”, afirmou o produtor Wesley Rodrigues. “O maior erro é se distanciar das entidades”, alegou Sardinha, que salientou a importância do encontro e a discussão das atividades realizadas em 2015. “Vamos colar na FAEG, cobrar e participar”, finalizou.

---

### **Empresas se cadastram para novo leilão de energia nova – Site O Globo. 12/01/2016**

Usinas que não entraram em atividade até 31 de março de 2014 podem participar  
BRASÍLIA - Usinas geradoras de energia a partir de fonte eólica, biomassa, termelétrica e hidrelétrica em operação há menos de um ano ou ainda por entrar em atividade, mas que já passaram por leilão e ainda têm energia que não foi vendida, cadastraram-se pela primeira vez em um segundo leilão de oferta de energia nova neste ano. De acordo com uma emenda parlamentar incluída na Medida Provisória 688 e sancionada em dezembro pela presidente Dilma Rousseff na lei 13.203, essas usinas que não entraram em



operação até 31 de março do ano passado poderão vender energia no maior leilão do ano, conhecido como A-5, que ocorrerá em 31 de março deste ano.

A emenda à MP foi uma dentre uma série de “bondades” concedidas ao setor elétrico para que o governo conseguisse aprovar uma medida urgente de transferência do risco de faltar água nos reservatórios das hidrelétricas das geradoras para os consumidores. Entre os potenciais beneficiados dessa emenda está a Norte Energia, empreendedora da usina hidrelétrica de Belo Monte, que ainda não entrou em operação comercial. A empresa não confirma que tenha feito o cadastro para participar do leilão até a data limite da última sexta-feira. Segundo a Norte Energia, “a decisão de participar de eventuais leilões é estratégica, portanto, não é pública”.

O Ministério de Minas e Energia, informou, por meio de nota, que geradores de empreendimentos “que não tenham entrado em operação até 31 de março de 2015 e que já participaram de leilões, das diversas fontes, mas possuem parte da energia não contratada – como por exemplo que aquela que poderia ser destinada ao mercado livre -, poderão participar do A-5/2016 e oferecer essa energia ao mercado regulado”.

Em geral, nos leilões de novas usinas, era uma preferência dos empreendedores até há alguns anos ter o máximo de energia não contratada, disponível para negociação no mercado livre, tendo em vista a possibilidade de vendê-la a preços maiores. Com a disparada da tarifa no mercado regulado, essa preferência se inverteu, sendo mais atrativo o mercado das distribuidoras.

No caso de Belo Monte, no leilão de 2009, 70% da energia ficou comprometida com o mercado regulado e o restante permaneceu sem contrato. É parte desses 30% que ainda não foi vendido no mercado livre que a Norte Energia poderá oferecer em condições mais previsíveis agora ou até novamente em 2017, a depender da data de entrada em operação da usina e do leilão A-5/2017.

Nessa possibilidade, ainda que as geradoras possam lucrar mais ao vender a energia ao mercado cativo, o governo vê uma tendência benéfica ao consumidor do mercado regulado – que paga contas com as distribuidoras locais – porque aumenta a oferta nesse segmento.

“Com essa alteração legal, de iniciativa do Congresso Nacional, se permite que essa energia seja destinada ao mercado de consumidores regulados, aumentando a oferta de

energia no leilão, o que tende a resultar em menores preços da energia contratada no leilão, com benefícios aos consumidores finais de energia”, informou o MME por nota.

---

**Copersucar descarta nova aposta em etanol. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 15/01/2016.**

Diante de um cenário anêmico para as exportações de etanol, a Copersucar, maior trading do biocombustível do mundo, segue consolidando sua fatia nos mercados domésticos dos dois maiores produtores e consumidores globais: Estados Unidos e Brasil. No front americano, vai ampliar neste ano sua participação na trading Eco-Energy, que controla desde 2012. No Brasil, onde a produção de etanol se estagnou, a Copersucar busca ao menos manter sua fatia, apesar da crise que reduziu sua base de usinas sócias.

A companhia, que faturou R\$ 21 bilhões em 2014/15, não pretende, ao menos por ora, elevar as apostas no Brasil. O momento é de parcimônia, na visão da companhia, que concluiu em 2015 um plano de investimento quinquenal de R\$ 2 bilhões em logística. Mesmo nos EUA, o foco é consolidar investimentos já feitos, disse ao **Valor** o presidente do conselho de administração da Copersucar, Luís Roberto Pogetti. Lá, a empresa apenas concluirá neste ano a construção de outros três terminais (de um total de cinco) de carregamento e descarregamento de etanol. "Até por conta da conjuntura no Brasil, não há espaço para tomar mais risco nos EUA. Qualquer investimento na controlada americana significaria alocar mais capital próprio ou elevar dívida", afirmou.

Além disso, segundo o executivo, está confirmada a compra do capital restante da Eco-Energy, de forma que até 2017 a trading americana será controlada integral da Copersucar. Em 2012, a trading brasileira - que junto com a Cargill, na joint venture Alvean, também é a maior trading global de açúcar - entrou no capital da americana com a compra de uma fatia de 65%, por US\$ 90 milhões. Em 2015, adquiriu mais 11,66%, por US\$ 18 milhões. Em abril deste ano e em abril de 2017 vai exercer as outras opções de compra, completando assim os 100%.

Com a Eco-Energy, a Copersucar se tornou a maior trading de etanol do mundo. Nesta safra 2015/16, que vai até 31 de março, a brasileira vai movimentar, com as operações nos dois países, 12,8 bilhões de litros do biocombustível, 6% de aumento. O

crescimento virá do mercado brasileiro, onde a Copersucar pretende negociar 5 bilhões de litros, ante os 4,3 bilhões de 2014/15. Nos Estados Unidos, os volumes ficarão estáveis em 7,8 bilhões de litros.

O diferencial da operação americana neste exercício tende a vir do câmbio, disse Pogetti. O faturamento deve se manter em dólar no patamar de US\$ 4,2 bilhões, mas o resultado líquido, convertido em reais, tende a ser mais robusto.

Já as margens líquidas (em dólar) da Eco-Energy devem voltar em 2015 aos patamares "padrão" de uma trading (de 2% a 3%). Entre 2012 e 2013, o mercado americano apresentou volatilidade no preço do etanol bem acima da média, o que fez as margens líquidas dobrarem.

Mas neste ciclo, os resultados líquidos melhores tendem a vir do etanol no Brasil, avaliou o executivo. Ainda que a Copersucar tenha carregado menos estoques do produto para vender na entressafra (entre janeiro e março) do que normalmente faz, a volatilidade está maior. É nessas oscilações que está a oportunidade de ganho para as tradings. Ao longo desta safra 2015/16, os preços do etanol saíram do patamar de R\$ 1,23 para R\$ 2 o litro. "Só não estocamos mais porque o juro mais alto aumentou o risco", explicou.

O volume maior de etanol que será comercializado no Brasil pela Copersucar neste ciclo decorre do aumento da produção de suas usinas sócias, agora em menor número que há alguns anos. Desde 2013, a companhia vem perdendo sócios (que vendem a produção de etanol e açúcar com exclusividade à empresa) seja por decisão estratégica de cada grupo - como foi o caso dos paulistas Clealco e Usina Batatais - ou por dificuldades financeiras, como ocorreu com a Aralco, que está em recuperação judicial, e o Grupo Virgolino de Oliveira, com graves dificuldades financeiras.

De acordo com Pogetti, houve uma compensação parcial, pois as usinas que se mantiveram sócias elevaram sua moagem. A empresa tem no seu quadro societário 21 grupos produtores que, juntos, vão processar nesta safra 92 milhões de toneladas de cana. Em 2012, eram 25 grupos, com moagem de 94,7 milhões.

---

## **Geração eólica avança na matriz energética – Site O Estado de São Paulo. 19/01/2016**

Apesar da queda do consumo generalizado de energia no País por causa da crise econômica, poderia ter havido falha no fornecimento de eletricidade no Nordeste, se não tivesse havido a contribuição dos parques eólicos. Com a seca prolongada que baixou dramaticamente o nível dos reservatórios de hidrelétricas, cerca de 30% da demanda de eletricidade da região foi suprida em 2015 pela energia dos ventos – e essa proporção não deve mudar este ano.

De fato, a energia eólica, por muito tempo considerada uma fonte alternativa suplementar de eletricidade, está a caminho de superar as usinas movidas a gás natural como segunda maior fonte de geração de eletricidade no País, vindo logo depois das hidrelétricas.

Se o governo conseguir destravar os leilões de transmissão e fizer outros acertos nessa área, de forma a compensar os investimentos privados feitos pelas geradoras, o sistema elétrico nacional poderá incorporar 2,75 mil megawatts (MW) de energia eólica em 2016, uma elevação de 36% do parque existente até agora. Para 2017, são previstos mais 2,9 mil MW desse tipo de energia.

“Do ponto de vista político, este ano deve ser péssimo”, afirma Élbria Gannoum, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeólica), “mas não deve ter grande impacto em nosso setor”. A previsão da entidade é de que a energia gerada pelos ventos, atualmente responsável por 5% do fornecimento de energia elétrica no País, chegue a 12% em 2020. Atualmente, a eletricidade proveniente de usinas movidas a gás natural representa 10% da matriz energética, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com a alta da cotação do dólar, elevaram-se os custos dos equipamentos importados para a produção de energia eólica com impacto na contratação nos leilões que vêm sendo realizados desde 2009. O preço-base, que era de R\$ 100 por MW-hora, subiu para R\$ 210 o MW-hora. Contudo, as eólicas se mantiveram competitivas, uma vez que o preço também aumentou para os projetos de biomassa (R\$ 280 o MWh) e energia solar (R\$ 320).

Mesmo com a entrada em operação plena das grandes hidrelétricas em obras na Amazônia, as eólicas devem aumentar sua participação na matriz energética. Com o

aumento previsto da oferta de energia gerada pelo vento, o País talvez possa dispensar o uso de usinas térmicas movidas a óleo diesel ou a carvão, mais custosas e mais poluentes.

---

**Usinas em recuperação são recorde.** Fabiana Batista – Valor Econômico. 26/01/2016.

A crise do setor sucroalcooleiro, iniciada em 2008 quando o governo federal decidiu controlar os preços dos combustíveis, atingiu seu ápice no ano passado. Em 2015, 13 usinas entraram em processo de recuperação judicial, um recorde. Juntas, elas têm dívidas bancárias de cerca de R\$ 8 bilhões.

Do total de usinas existente no país, 79 (23% do total) estão em regime de recuperação judicial. A esperança é que a recomposição dos preços dos combustíveis iniciada no último ano contenha a crise do setor. "O pior já passou. As que estavam em situação mais complicada já pediram proteção judicial. Agora, estamos vendo mais renegociações extrajudiciais de usinas", diz o advogado especializado Domício dos Santos Neto.

Pela primeira vez, duas multinacionais foram obrigadas a pedir recuperação: o Grupo Renuka, controlado pela indiana Shree Renuka Sugars, e a Abengoa Bioenergia, empresa da gigante espanhola Abengoa.

---

**Abengoa Bioenergia reestrutura dívidas de usinas no Brasil.** Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 27/01/2016.

A Abengoa Bioenergia Brasil S.A, braço do grupo espanhol Abengoa e que controla duas usinas de cana-de-açúcar em São Paulo, informou que não está em recuperação judicial, ao contrário do publicado ontem pelo Valor. A empresa afirmou que está em processo de reestruturação de suas dívidas. Conforme balanço mais recente publicado pela empresa espanhola, sua dívida bancária era em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 897 milhões.

A Abengoa Bioenergia Brasil vem tendo desde 2015 problemas com pagamento de suas dívidas. Em dezembro, os fornecedores de cana das duas usinas do grupo, em Pirassununga e São João da Boa Vista, obtiveram na Justiça uma liminar de arresto de bens e bloqueio de remessa de recursos da empresa ao exterior.

Alguns dias depois, a Abengoa Bioenergia Brasil conseguiu reverter parcialmente a decisão, segundo informou em nota, tendo o arresto e as restrições limitadas a remessas de bens e valores para o exterior, alienação de imóveis e alteração do controle acionário.

Ontem, a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) atualizou a sua lista de unidades em recuperação judicial e em falência no país. Conforme a entidade, 11 usinas - e não 13 - entraram em recuperação em 2015. Somando-se às 74 unidades que já estavam em recuperação até 2014, o número atualizado de usinas que pediram proteção da Justiça contra credores é de 85 (sendo que 11 com falência decretada). Anteriormente, a Unica havia informado que eram 79 usinas.

Em novembro passado, a matriz Abengoa pediu na Espanha proteção contra credores, uma espécie de recuperação judicial que dá prazo de quatro meses para negociação de um acordo com credores. No Brasil, o grupo é uma das principais transmissoras de energia do país. Desde o pedido de proteção contra credores da matriz, o grupo paralisou as obras de construção no Brasil.

---

**BNDES aprova financiamento de R\$ 42 milhões para projeto eólico no RS.** Rodrigo Polito - Valor Econômico. 28/01/2016.

**RIO** - O BNDES aprovou financiamento de R\$ 42,4 milhões à Enerplan Energia Eólica para a implantação de um parque eólico em Viamão (RS), segundo informou nesta terça-feira o banco de fomento. O empreendimento terá 21,6 megawatts (MW) de capacidade instalada.

De acordo com o BNDES, a operação, que inclui subcrédito social de R\$ 210 mil, é mista. Do montante total financiado, R\$ 28,3 milhões serão liberados diretamente pelo BNDES e o restante será repassado na modalidade indireta, tendo como agente financeiro o Badesul. Os recursos do BNDES correspondem a 47% do investimento total no projeto.

O escoamento de energia do parque será feito junto com outros dois projetos da Enerplan por meio de um sistema de transmissão até uma subestação coletora.

A Enerplan integra o Grupo Oleoplan, que iniciou suas atividades em 1980, atuando na indústria de extração de óleo de soja. Na década de 2000, o grupo passou a investir em

energias renováveis, por meio de projetos de biodiesel e eólico. O grupo possui um portfólio de projetos em geração de energia de cerca de 409 MW.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa